



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 125/13

Declara de Utilidade Pública a
Associação Palotinese de Equoterapia,
com sede e foro no Município de
Palotina.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação
Palotinese de Equoterapia, com sede e foro no Município de
Palotina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator


Tomillo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 173/13

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a
doação do imóvel que especifica ao
Município de Tomazina.

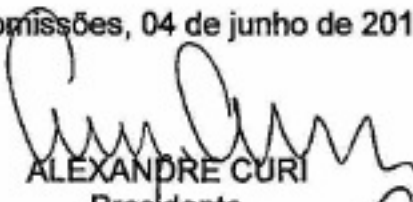
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Tomazina, do imóvel urbano com área total de 4.250,00 m², na localidade Bairro Alto, naquele município, conforme descrito na Matrícula nº 3.285 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tomazina.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, será usado pelo município exclusivamente para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O município terá o prazo de dois anos para conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

nº 426/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 AGO. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar 81/1998, inserindo o Município de Arapongas entre os que compõem a Região Metropolitana de Londrina

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Complementar 81 de 17 de junho de 1998, alterada pelas Leis Complementares 86, de 10 de julho de 2000, 91, de 06 de junho de 2002, 129, de 14 de julho de 2012 e 144, de 05 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Tamarana, Bela Vista do Paraíso, Sertãoópolis, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras e Arapongas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 2012.


WALDYR PUGLIESI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O Município de Arapongas possui fortes laços históricos e geográficos com o Município de Londrina e com os demais que integram a sua Região Metropolitana.

A distância entre o Município de Arapongas e Londrina é de 35 km, mais próximo do que muitos municípios da Região Metropolitana de Londrina. O Município de Primeiro de Maio fica a uma distância de 69 km, Alvorada do Sul, 66 km, Pitangueiras, 58 km, Jaguapitã, 55 km, Assaí, 45 km e Sabáudia, 40 km.

A pretendida integração busca o desenvolvimento do Município de Arapongas, permitindo o acesso aos benefícios da infraestrutura da Região Metropolitana de Londrina pelos cidadãos do Município de Arapongas.

A crescente industrialização da região de Arapongas está a demonstrar a necessidade da integração deste Município com a Região Metropolitana de Londrina, o que beneficiará não só os munícipes de Arapongas, mas toda a região, estabelecendo-se um maior fluxo de pessoas e serviços, aprofundando as relações sociais e aumentando a movimentação financeira da região, com um consequente reflexo na arrecadação de impostos, capaz de incorporá-la na zona de influência e de desenvolvimento socioeconômico, da Região Metropolitana de Londrina.

Pelos motivos acima expostos, solicitamos o apoio dos Nobres Parlamentares com assento nesta Colenda Casa de Leis para aprovação da medida ora proposta.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei Complementar 81 - 17 de Junho de 1998

Publicado no Diário Oficial nº. 5272 de 17 de Junho de 1998

(vide Lei Complementar 144 de 05/04/2012)

Súmula: Institui a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e Tamarana;

Art. 1º. Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Tamarana e Bela Vista do Paraíso. (Redação dada pela Lei Complementar 86 de 07/07/2000)

Art. 1º. Fica instituída, na forma do § 3º do art. 25 da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Tamarana, Bela Vista do Paraíso e Sertãoópolis. (Redação dada pela Lei Complementar 91 de 05/06/2002)

Art. 1º. Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul e Assaí. (Redação dada pela Lei Complementar 129 de 14/07/2010)

Art. 1º. Fica instituída, na forma do art. 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas. (Redação dada pela Lei Complementar 144 de 05/04/2012)

Art. 1º. Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis e Porecatu, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas. (Redação dada pela Lei Complementar 147 de 16/07/2012)

Art. 2º. A Região Metropolitana de Londrina terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º. O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade



técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista triplíce feita pelo Prefeito de Londrina e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º. O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º. Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º. Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º. Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º. Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de junho de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Miguel Salomão
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 426/2013

Projeto de Lei Complementar nº 426/2012.

Autor: Deputado Waldyr Pugliesi

Súmula: Altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 81/1998, inserindo o Município de Arapongas entre os que compõem a Região Metropolitana de Londrina.

EMENTA: REGIÃO METROPOLITANA. INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA APROVAÇÃO. ART. 22 E 65 CE. ART. 25 DA CF. LEI COMPLEMENTAR 111/2005. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DE EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de Lei Complementar, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, tem como objetivo alterar a redação do artigo 1º, da Lei Complementar nº 81/1998, inserindo o Município de Arapongas entre os que compõem a Região Metropolitana de Londrina.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Anibal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 22 da Constituição Estadual estabelece que a organização das regiões metropolitanas devem adequar-se as diretrizes do Estado, senão vejamos:

Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverão adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

Verificando a nossa Carta Magna, em seu artigo 25 e no §3º, constatamos que a mesma dispõe de autonomia para que os Estados sigam as suas Constituições, bem como, sucessivamente, através de legislação complementar o Estado estabelece e normatize as regiões metropolitanas, que segue:

Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (Grifo nosso).



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercilio Turini



A iniciativa para a proposição das leis complementares está inserida no artigo 65 da Constituição Estadual, o qual se observa:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A Lei Complementar 111 de 11 de Agosto de 2005, disciplina a organização das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná, sendo que para que haja a ampliação da Região Metropolitana, devem ser atendidos alguns requisitos que estão inseridos no artigo 2º da mencionada Lei, os quais correspondem ao objeto da inclusão, vejamos;

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência:

I - Evidência ou tendência de conturbação;

II - Necessidade de organização, planejamento e execuções de funções públicas de interesse comum; (Grifo Nosso).

III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços. (Grifo Nosso).

Vislumbra-se, portanto, que o presente Deputado detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Contudo, a fim de conferir ao presente Projeto de Lei Complementar melhor técnica legislativa, sugere-se Emenda Modificativa, nos termos artigo 137, § 4º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:


Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência


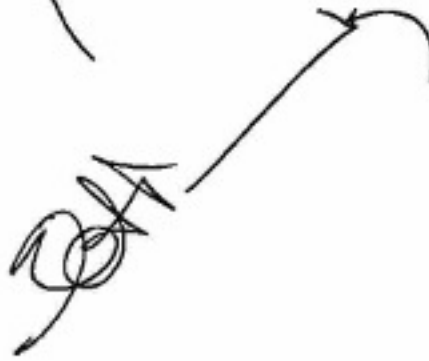
CONCLUSÃO

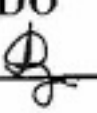
Diante do exposto, opina-se pela opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei Complementar, na forma de EMENDA MODIFICATIVA, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Sessões em


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator



APROVADO

14.05.13 



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini




EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 426/2012


De acordo com o que determina o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica alterado o art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 426/2012 passando a contar com a seguinte redação:

Art.1º. O artigo 1º da Lei Complementar 81 de 17 de junho de 1998, alterada pelas Leis Complementares 86, de 10 de julho de 2000, 91, de 06 de junho de 2002, 129, de 14 de julho de 2012, 144, de 05 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do art. 25, §3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibitiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis, Porecatu e Arapongas, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais por eles desmembradas.”

Sala das Sessões em


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator



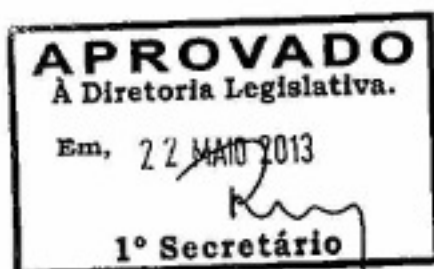
APROVADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



REQUERIMENTO



Requer **Regime de Urgência** para tramitação e votação do Projeto de Lei Complementar nº 426/12, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, **Regime de Urgência** para o Projeto de Lei Complementar nº 426/12, que insere o Município de Arapongas entre os que compõem a Região Metropolitana de Londrina, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2013.

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual

Anote-se e encaminhe
Para Providências
DL. 23/5/13

16:19 22/05/2013 004650 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 426/2012

O Projeto de Lei Complementar nº 426/2012, em análise, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar 81/1998, inserindo o município de Arapongas entre os que compõem a Região Metropolitana de Londrina.

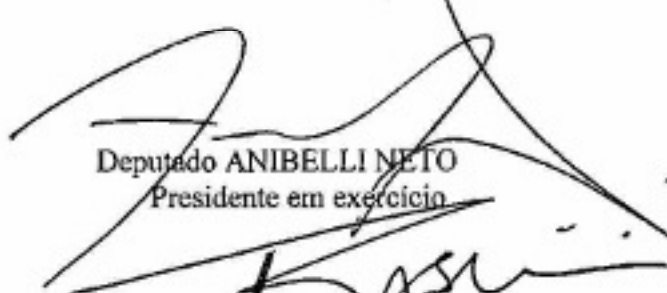
A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar a Proposição emitiu parecer favorável, com emenda modificativa.

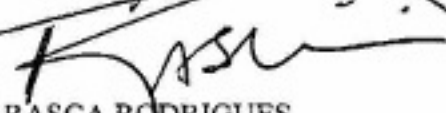
Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-Q, do Regimento Interno, entende que a proposição merece apoio, tendo em vista que o município de Arapongas, ao ser integrado à Região Metropolitana de Londrina, será beneficiado sobremaneira, bem com toda a região, promovendo um maior desenvolvimento social e econômico.

Diante do exposto, manifestamos parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO, na forma da emenda apresenta pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

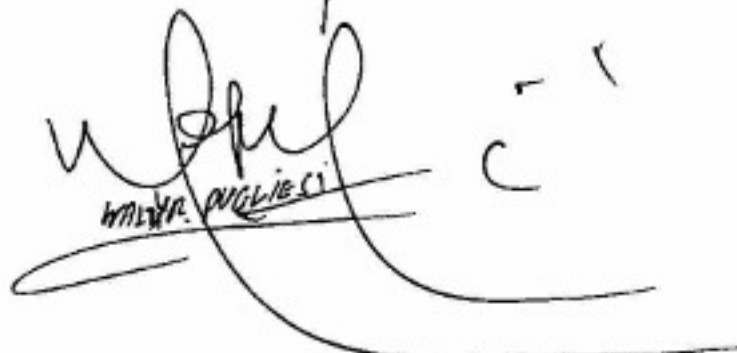
Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.


Deputado ANIBELLI NETO
Presidente em exercício


Deputado RASCA RODRIGUES
Relator


W. Pugliesi


Waldyr Pugliesi


WALDYR PUGLIESI



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

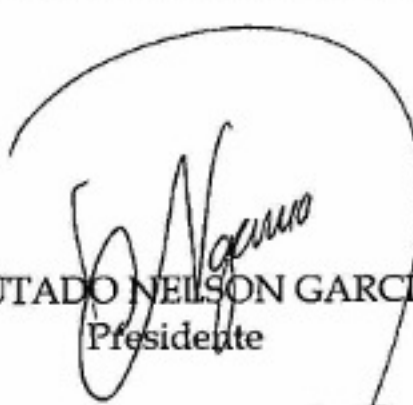
PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 426/12

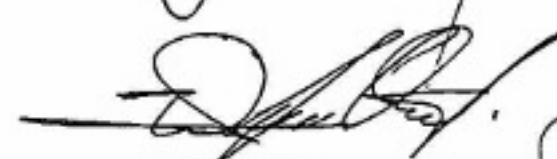
O presente Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Deputado Waldir Pugliesi tem por finalidade alterar a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 81/1998, inserindo o Município de Arapongas entre os que compõem a Região Metropolitana de Londrina.

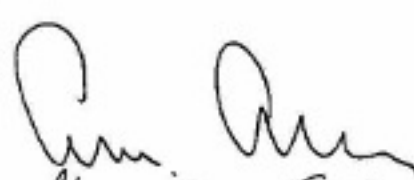
Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente


Relator
Wilson Quinteiro


Alexandre Curi



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI 146/2013

Súmula: Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo único. O Programa será administrado pela Fomento Paraná, gestora dos Ativos, em conformidade com o que estabelece o artigo 1º, do Decreto Estadual nº 3.764, de 23 de março de 2001.

Art. 2º O ingresso no programa dar-se-á por opção do devedor principal, devedor solidário ou assuntor, que fará *jus* a regime especial de consolidação, quitação e parcelamento dos débitos.

Art. 3º Os contratos serão recalculados a partir da liberação original dos recursos, excluindo-se todo e qualquer aditamento já formalizado, bem como quaisquer penalidades e ou encargos acessórios, adotando-se como parâmetro de atualização das dívidas, correção monetária pela TAXA REFERENCIAL – TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, deduzindo-se os pagamentos efetuados, passando a ser este o valor devido.

Art. 4º O valor a ser firmado no instrumento de repactuação, se deferida a renegociação nos termos da presente lei, deverá ser atualizado pelos encargos previstos nesta lei, até a data da respectiva formalização.

Art. 5º Para os contratos enquadrados em programas com normas específicas estabelecidas por Órgãos Federais, serão respeitadas as condições de prazos, encargos e demais condições por elas fixadas.

Art. 6º Excetuem-se dos critérios de recálculo estabelecidos no artigo 3º, as dívidas de responsabilidade de pessoas físicas, na condição de produtores rurais, decorrentes de aquisição de tratores, máquinas, equipamentos e implementos



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

agrícolas, ou de responsabilidade de transportadores, pessoa física e jurídica, decorrente de aquisição de caminhões, equipamentos e implementos rodoviários, as quais serão apuradas mediante avaliação genérica do bem originalmente financiado, fornecida por fabricante ou revendedor autorizado, a qual terá validação por engenheiro do quadro da Fomento Paraná e/ou profissional credenciado.

Art. 7º Os mutuários cujos contratos apresentarem valor nominal atualizado ou recalculado, na forma do artigo 3º, igual ou inferior a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), na data da edição desta lei, estarão dispensados do pagamento da integralidade da dívida.

Art. 8º O saldo devedor recalculado e consolidado, nos termos dos artigos 3º e 6º, deverá ser amortizado em parcelas mensais e sucessivas, no prazo máximo de até 20 (vinte) anos contados a partir da data da aprovação da proposta, cabendo ao Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, a concessão ou não de prazo de carência para início de pagamento.

Parágrafo único. O optante que comprovar a sazonalidade de sua atividade econômica, poderá solicitar forma de pagamento diversa da mensal, respeitando-se o prazo máximo de 20 (vinte) anos, devendo no mínimo, ser estabelecida a obrigação de pagamento de ao menos 1 (uma) parcela anual.

Art. 9º Os devedores que queiram liquidar sua dívida à vista farão *jus* ao desconto de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o valor recalculado nos termos dos artigos 3º e 6º.

Art. 10. Caso o devedor opte pelo parcelamento de seu débito, fará *jus* a descontos progressivos do seu saldo devedor, recalculado nos termos dos artigos 3º e 6º, nos seguintes percentuais:

I - Entre 2 (duas) e 12 (doze) parcelas mensais, desconto de 40% (quarenta por cento).

II - Entre 13 (treze) e 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, desconto de 35% (trinta e cinco por cento).

III - Entre 25 (vinte e cinco) e 36 (trinta e seis) parcelas mensais, desconto de 30% (trinta por cento).

IV - Entre 37 (trinta e sete) e 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, desconto de 25% (vinte e cinco por cento).

V - Entre 49 (quarenta e nove) e 60 (sessenta) parcelas mensais, desconto de 20% (vinte por cento).

VI - Entre 61 (sessenta e uma) e 72 (setenta e duas) parcelas mensais, desconto de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

10% (dez por cento).

VII - Acima de 72 (setenta e duas) parcelas mensais, não será concedido desconto.

Art. 11. A competência para deferir dispensa, liquidação integral e parcelamento de dívida de operações que não sejam objeto de demanda judicial, é do Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná.

§ 1º No caso de operações já ajuizadas, após a deliberação do Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, o processo deverá ser encaminhado ao Conselho superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná para deliberação final.

§ 2º A concessão dos benefícios de que trata esta lei, relativamente aos créditos ajuizados, fica condicionada à comprovação do pagamento dos honorários advocatícios, limitados a 4% (quatro por cento) sobre os valores renegociados, os quais poderão ser parcelados a critério do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 12. A adesão ao Programa de Recuperação de Ativos estabelecido na presente lei, implicará na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, além de renúncia a qualquer defesa ou recurso, administrativo ou judicial, em relação aos contratos repactuados.

Art. 13. O inadimplemento de qualquer uma das parcelas estabelecidas na repactuação, superior a 60 (sessenta) dias, implicará na imediata revogação dos benefícios, independentemente de qualquer comunicação ou notificação, com o retorno do débito ao seu valor original, retomando-se os encargos previstos no contrato originário, ficando o devedor automaticamente impedido de fazer novo pedido de repactuação com base na presente lei.

Art. 14. Fica autorizada a quitação e extinção de créditos de que é titular o Estado do Paraná, decorrentes do processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S/A, total ou parcialmente, recalculados nos termos dos artigos 3º e 6º, mediante Dação em Pagamento de Bens Imóveis.

Art. 15. São exigências mínimas para que sejam aceitos bens em dação em pagamento:

I - o imóvel oferecido esteja localizado no território do Estado do Paraná;

II - não existam ônus sobre o imóvel, exceto de garantias ou penhoras estabelecidas em favor do Estado do Paraná ou do Banestado enquanto ainda titular do crédito;

III - o devedor esteja na posse de fato do imóvel, exceto aqueles de que o Estado do Paraná tenha a posse de fato;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV - seja efetuado à vista o pagamento do valor do crédito remanescente objeto da dação em pagamento;

V - seja efetuado o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos, estes limitados em 4% (quatro por cento) sobre o valor do crédito a ser quitado, bem como das custas judiciais, se for o caso, quando se tratar de crédito objeto de demanda judicial;

VI - seja apresentado termo de confissão de dívida e renúncia formal a eventuais direitos demandados em juízo, assinado pelo devedor principal ou devedor solidário e, quando for o caso, por seu responsável legal;

VII - esteja o imóvel livre de passivos ambientais, bem como acompanhado de demonstração pelo órgão ambiental competente da inexistência de débitos.

VIII - seja o imóvel passível de divisão sem prejuízo do todo, quando for o caso;

IX - não se enquadrar no conceito de "bem de família" da Lei Federal n. 8.009 de 29 de março de 1990;

X - a comprovação de regularidade fiscal do bem perante as Fazendas Públicas da União, do Estado-membro e do Município em que situado o imóvel.

Art. 16. Além dos requisitos previstos no artigo 15 desta Lei, a aceitação de imóvel em dação em pagamento dependerá de:

I - análise do interesse e da viabilidade da aceitação do imóvel pela Agência de Fomento Paraná S/A;

II - avaliação técnica do imóvel, a ser custeada pelo interessado;

III - aprovação da dação em pagamento pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná;

IV - aprovação da dação em pagamento pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, quando se tratar de crédito objeto de demanda judicial;

V - lavratura da escritura de dação em pagamento e respectivo registro na matrícula.

Art. 17. O devedor que pretenda habilitar-se para dação em pagamento regulada por esta Lei deverá formalizar requerimento à Gerência de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos da Agência de Fomento do Paraná S/A, contendo, necessariamente, a indicação pormenorizada do bem objeto do pedido da dação em pagamento, sua localização, dimensões e confrontações, bem como cópia do título de propriedade e respectivos comprovantes da inexistência de débitos de quaisquer



natureza.

Parágrafo único. O pedido de dação em pagamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial que discuta o débito.

Art. 18. Os imóveis objetos de dação em pagamento deverão estar acompanhados de Laudo de Avaliação, emitido por profissional capacitado e credenciado pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

○ **§ 1º** O avaliador deverá, obrigatoriamente, visitar o imóvel e instruir a avaliação técnica com fotografias atuais do bem.

§ 2º A avaliação técnica deverá conter relatório específico discriminando a efetiva situação do imóvel quanto a:

I – riscos aparentes de inundação, desmoronamento, perecimento ou deterioração;

II – ocupação da área do imóvel;

III – degradação ambiental por deposição de lixo ou resíduos químicos na área do imóvel ou em seu entorno;

IV - existência de ocupação no imóvel apta à provocar aquisição por prescrição aquisitiva em relação aos ocupantes;

○ V - quaisquer outras ocorrências que possam comprometer o aproveitamento do imóvel.

§ 3º A ocorrência de um ou mais fatores mencionados neste artigo influirá na definição do valor do imóvel, devendo ser devidamente sopesado na elaboração da avaliação técnica e só será aceito como Dação em Pagamento se houver o efetivo interesse do Estado no imóvel em questão.

Art. 19. Uma vez concluída a avaliação técnica, o devedor será intimado para manifestar sua concordância com o valor apurado, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da intimação:

I - Havendo discordância em relação ao valor apurado, o devedor poderá formular, em igual prazo, pedido de revisão da avaliação devidamente fundamentado, ouvindo-se novamente o responsável pela avaliação no prazo de quinze dias.

II - O silêncio do requerente será interpretado como concordância tácita e irrevogável em relação ao valor constante da avaliação.



Art. 20. Após análise do pleito pela Gerência de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos e da avaliação referida o pleito será deliberado pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná, a quem competirá a decisão pelo deferimento do pleito.

Parágrafo único. Quando o crédito for objeto de ação judicial, após deliberação do Comitê de Gestão e Controle o pleito será encaminhado à deliberação final pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Art. 21. Na hipótese de o valor do bem aceito em dação em pagamento ser inferior ao débito, o saldo remanescente deverá ser quitado a vista e em moeda corrente.

Art. 22. Na hipótese de o valor do bem aceito em dação em pagamento ser superior ao débito, o devedor deverá expressamente renunciar ao direito de receber qualquer valor correspondente ao excedente.

Art. 23. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do interessado a respeito da deliberação regulada pelo artigo 20 desta Lei, e em hipótese de deferimento do pleito, deverá ser lavrada escritura pública de dação em pagamento, cabendo ao devedor a apresentação de todos os documentos e certidões indispensáveis ao aperfeiçoamento do ato.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido no *caput*, e antes da assinatura da escritura pública referida, deverá o devedor cumprir o disposto nos artigos 21 e 22 desta Lei, conforme o caso.

Art. 24. Após formalização do registro da escritura de dação em pagamento na matrícula do(s) imóvel(is) será providenciada a amortização do débito, sendo que o valor do crédito extinto será igual ao da avaliação, excetuando-se a hipótese do artigo 22 desta Lei, onde o valor do crédito extinto será aquele apurado conforme artigo 3º desta Lei, retroagindo seus efeitos à data da escritura de dação em pagamento.

Art. 25. A imissão na posse do(s) bem(ns) dado(s) em pagamento dar-se-á em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da assinatura da escritura pública, sob pena de desfazimento do negócio jurídico.

Art. 26. As despesas e tributos exigidos para a realização de instrumentos públicos, o registro e a imissão na posse do bem objeto da dação em pagamento serão de responsabilidade do devedor.

Art. 27. Após a formalização do registro da dação na matrícula do(s) imóvel(is), bem como da imissão na posse, o processo será imediatamente encaminhado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aos cuidados da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, para anotações de demais providências de controle do patrimônio público.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 28. Como forma de fomentar a economia paranaense, fica estabelecido que os recursos oriundos das recuperações dos Ativos previstos pelo Art. 1º desta lei, descontados os honorários devidos à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, serão assim destinados:

I – 90% (noventa por cento) serão integralizados junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado pela lei nº 4.529, de 12 de janeiro de 1962, alterada pela lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967;

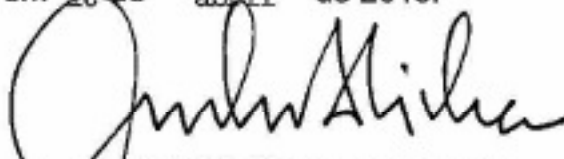
II – 10% (dez por cento) serão destinados à Fomento Paraná à título de adiantamento para futuro aumento de capital social.

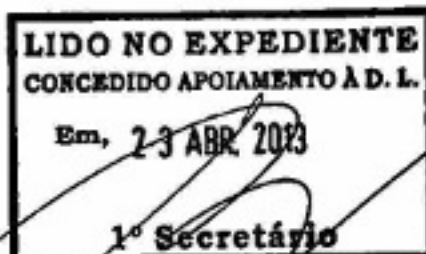
Art. 29. Casos não previstos nesta lei serão apreciados e deliberados pelo Comitê de Gestão e Controle dos Ativos do Estado do Paraná.

Art. 30. Ficam revogados o Decreto Estadual nº 3.398, de 23 de julho de 2004, as Leis Estaduais nºs 14.936, de 12 de dezembro de 2005, 14.937/2005, 15.943, de 03 de setembro de 2008 e 16.736, de 27 de dezembro de 2010.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 029 /2013

Curitiba, em 16 de abril de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 22/04/2013
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

O presente Anteprojeto fixa regras e procedimentos para a recuperação de ativos oriundos do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A – BANESTADO.

Seu principal intuito é a uniformização de parâmetros para a quitação dos créditos pertencentes ao Estado do Paraná, eis que as regras atuais encontram-se esparsas em várias leis.

O Estado do Paraná, por intermédio da FOMENTO PARANÁ, gestora desses ativos, vem sendo confrontado com o constante desafio de análises casuísticas de propostas de renegociação, cujos resultados, pela confusão gerada pela existência de muitas leis tratando do mesmo tema, nem sempre tem se mostrado isonômicos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.723.384-7



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

É na correção de diversas distorções que se encontra a motivação do Anteprojeto de Lei ora encaminhado, aliada à necessidade de reversão da curva descendente do volume de renegociações que vem se observando nos últimos anos.


Para tanto, partiu-se do melhor benefício existente, contemplada na Lei 16.736/ 2010, a fim de estendê-lo a todos os devedores, de maneira isonômica e sem qualquer tipo de discriminação, sem a fixação de qualquer limite temporal, em respeito à realidade e à situação econômica de todos, independentemente da época em que vierem a aderir.

Saliente-se, ainda, que o presente Anteprojeto premia os bons pagadores, já que não os discrimina, permitindo que mutuários em situação de adimplência obtenham melhores condições para a quitação de seus débitos.

Finalmente, a presente medida prevê a destinação dos recursos recuperados à FOMENTO PARANÁ e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, de maneira a constituir um importante incentivo à economia paranaense, por intermédio da disponibilização de linhas de crédito com baixas taxas de juros.

Assim, por estabelecer critérios mais justos e isonômicos de maneira a beneficiar indistintamente os devedores da carteira dos ativos do BANESTADO, ao mesmo tempo em que incentiva as renegociações aumentando o nível de recuperação dessa carteira, é que se encaminha a presente proposta para aprovação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/2013

Projeto de Lei nº. 146/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 029/2013

Súmula: Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

EMENTA: FAZENDA. INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. POSSIBILIDADE E LEGITIMIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER FAVORAVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria da Fazenda, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Por fim, não há nenhum óbice quanto a Lei Complementar Federal nº 101/2000; eis que o presente projeto visa exclusivamente receber os créditos pertencentes ao Banco do Estado do Paraná, portanto não irá acarretar em acréscimo de despesa.

CONCLUSÃO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei,
em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes
todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



APROVADO

30.04.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 029/13, que objetiva instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que, não acarreta acréscimo de despesa, pois somente busca receber os créditos pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S/A.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.



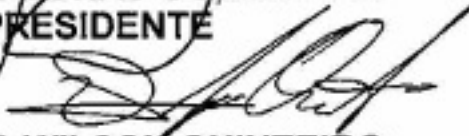
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR






PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 029/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “instituir o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.”

A proposta encaminhada tem por finalidade fixar regras e procedimentos para a recuperação de ativos oriundos do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A - BANEESTADO.

O principal intuito é a uniformização de parâmetros para a quitação dos créditos pertencentes ao Estado do Paraná, eis que as regras atuais encontram-se esparsas em várias leis.

A presente medida prevê a destinação dos recursos recuperados à Fomento Paraná e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a qual disponibilizará linhas de crédito com baixas taxas de juros.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 — Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o ~~§ 4º do artigo 33~~ do Regimento Interno, nosso parecer é favorável. *art. 33 - C. Vale a norma te.*

Sala de Reunião das Comissões, 20/05/2013.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. Pastor EDSON
RELATOR

DR. Batista

PEDRO LUPION

GILBERTO MARTIM